## ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 9.845

De 02 de Julho de 2025.

AUTORIZA A CRIAÇÃO DA CARTEIRA MUNICIPAL DOCENTE – CMD, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE/PB.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

#### LEI

Art. 1º Fica autorizada a criação da Carteira Municipal Docente – CMD, documento de identificação destinado aos professores da educação pública e privada.

Parágrafo único. A CMD terá fé pública e validade em todo o território Municipal.

### Art. 2º A CMD tem por objetivos:

- I identificar os professores das redes pública e privada de educação;
- II promover a valorização e o reconhecimento dos professores; e
- III facilitar o acesso às prerrogativas decorrentes da condição de professor.

## Art. 3º A CMD conterá, no mínimo, os seguintes elementos:

- I nome, filiação, local e data de nascimento do identificado;
- II órgão ou instituição de ensino em que o identificado trabalha, com indicação público e/ou privado;
- III data de expedição do documento;
- IV data de validade do documento;
- V fotografia, no formato 3x4 cm, do identificado:
- VI número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas CPF;

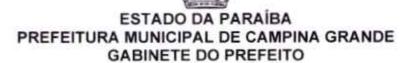
# ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE GABINETE DO PREFEITO

VII - inscrição "Válida em todo o território Municipal";

VIII - assinatura do dirigente do órgão expedidor; e

 IX - o código de barras bidimensional no padrão QR Code (quick response code).

- Art. 4º As normas para a expedição, a validade e o modelo do documento de identidade de que trata esta Lei serão estabelecidas em regulamento.
- Art. 5º As Escolas e Faculdades públicas e privadas fornecerão ao Município as informações e os dados necessários para a manutenção e a atualização da base de dados de profissionais da educação, conforme disposto em ato do Ministério da Educação.
- Art. 6º O Poder Executivo poderá regulamentar e editar os parâmetros necessários à completa execução desta Lei por meio de decretos e orientações técnicas específicas. Cabendo ainda, ao Poder Executivo Municipal regulamentar esta Lei no prazo previsto na Lei Orgânica Municipal, em todos os aspectos necessários à sua efetiva aplicação, baixando-se as normas que se fizerem necessárias, com o objetivo de garantir a sua correta aplicação e a melhor utilização dos recursos.
- Art. 7º O Poder Executivo Municipal poderá estabelecer parcerias com outros órgãos municipais, estaduais e federais, bem como com a sociedade civil organizada para cumprimento do estabelecido na presente Lei.
- Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento do município, sem prejuízo de outras fontes públicas ou privadas.
- Art. 9º Resolução disporá acerca da aplicação desta Lei no âmbito do Poder Legislativo Municipal.
- Art. 10. Esta Lei entrará em vigor a partir do planejamento orçamentário para o próximo exercício.



Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeito Constitucional